

**A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?**

*The school inclusion of deaf indigenous people: what does the research say?*

Thaianny Cristine Dias Gaia  
Waldma Maíra Meneses de Oliveira  
Reinaldo Matias Fleuri  
**Universidade Federal do Pará (UEPA)**  
Cametá-Brasil

**Resumo**

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica efetivada através de um estado do conhecimento que visa responder a seguinte problemática: como a inclusão escolar de indígenas surdos está presente nas teses e dissertações vinculadas ao banco de dados da CAPES, no contexto brasileiro no período de 2008 a 2019? Tal levantamento deu visibilidade a 12 (doze) produções que de modo geral pontuam questões referentes à experiência surda indígena, todavia somente 03 (três) focaliza na educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos. Os dados apontam que a surdez/cultura indígena foi e ainda é excluída, desrespeitada, negada e silenciada em diversos aspectos, as interações linguísticas, as formas e estratégias comunicacionais emergem das necessidades comunicacionais dos sujeitos; e que o AEE e a SRM encontram diversas barreiras estruturais e humanas para seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Interculturalidade; Surdez; Indígena.

**Abstract**

The study is a bibliographic research carried out through a state of knowledge that aims to answer the following problem: how the school inclusion of deaf indigenous people is present in theses and dissertations linked to the CAPES database, in the Brazilian context from 2008 to 2019? This survey gave visibility to 12 (twelve) productions that in general punctuate issues related to the indigenous deaf experience, however, only 03 (three) focus on School Education/Inclusion of Deaf Indigenous People. The data show that deafness/indigenous culture was and still is excluded, disrespected, denied and silenced in several aspects, linguistic interactions, forms and communication strategies emerge from the communicational needs of subjects; and that AEE and SRM face several structural and human barriers to their functioning.

**Keywords:** Interculturality; Deafness; Indigenous.

## **Introdução**

A presente análise atenta para as vertentes arroladas à constituição identitária desses sujeitos que, sendo surdos, são também indígenas. Nessa perspectiva, a tessitura das relações sociais, das ressignificações de si e das representações que este indivíduo faz ao longo de sua história de vida são, *a priori*, marcadas pelas influências socioculturais a que está submetido ao situar-se em um espaço-tempo intercultural. Tal fato influencia fortemente na constituição de sua identidade, nas relações tecidas tanto com as pessoas quanto em relação à língua de sinais e aos traços culturais surdos, visto que, estando imerso em uma cultura indígena, partilha também de uma identidade surda que o torna duplamente *diferente* perante os demais integrantes da sua comunidade.

A relevância deste estudo está no fato de privilegiar as especificidades de um campo novo e complexo de investigação, traçando evidências metodológicas que atendam às particularidades do surdo indígena. De modo geral, este estudo mapeia a produção de trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) que privilegiam a interface “surdez” e “cultura indígena” com o foco na inclusão escolar de indígenas surdos e, de maneira específica, identificar as áreas de conhecimento e os temas, além do quantitativo de trabalhos, de teses e dissertações, que vinculem interface Surdez/Cultura Indígena em suas regiões.

Diante do exposto, vale ressaltar que a presente proposta visa responder à seguinte problemática: como a inclusão escolar de indígenas surdos está presente nas teses e dissertações vinculadas ao banco de dados da CAPES, no contexto brasileiro no período de 2008 a 2019?

## **Métodos e Materiais**

Os delineamentos desta pesquisa abrangem os âmbitos interculturais intrínsecos a interface cultura indígena/surdez. Assim, no tocante aos desdobramentos metodológicos, este estudo consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo, sendo uma pesquisa bibliográfica ao tratar do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada (LIMA; MIOTO, 2007).

A pesquisa bibliográfica se efetiva também por meio de um estado do conhecimento, envolvendo o mapeamento de dissertações e teses que tratam sobre a interface

Surdez/Cultura Indígena. Para Romanowski e Ens (2006, p. 40) o estado de conhecimento é “o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento”. Este estudo caracteriza-se por ser descritivo e analítico ao realizar um levantamento do que se conhece sobre determinada área.

Para a elaboração desta análise, foi realizado um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>i</sup>, em janeiro de 2020, focalizando trabalhos que privilegiassem as experiências e vivências surdas indígenas. Após a catalogação presente na investigação deu visibilidade a um total de 12 (doze) dissertações, todavia apenas 03 (três) trabalhos que contemplam a interface sobre a surdez indígena com temáticas voltada para **Educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos**. Após a catalogação dos trabalhos, realizamos ainda um criterioso procedimento de análise dos trabalhos, para que fosse possível uma categorização temática (BARDIN, 2002) o das informações a serem expostas no presente estudo.

### **Interculturalidade, surdez e povos tradicionais**

A interface Surdez/Cultura Indígena é demarcada por um processo de colonização imperante e propulsor de uma relação verticalizada de poder, na qual tanto a surdez quanto a cultura indígena têm suas histórias drasticamente violentadas. Isto com relação aos povos indígenas tiveram, deu-se a partir de produções que os narram a partir de discursos colonizadores propostos pelo branco europeu que lhes impunha seus modos de ser e ainda os ilustrava enquanto povos bárbaros e gentios carentes de catequização (HUE, 2006). De acordo com Vainfas (2003, p. 14):

Durante a maior parte do século passado, o índio – este genérico de cariz colonialista – foi estudado como mão-de-obra da colonização, como objeto da catequese, como obstáculo indômito ao avanço europeu, mas raramente, para dizer o mínimo, como protagonista da história do Brasil.

A produção da situação de silenciamentos acerca das populações indígenas tem sido viabilizada ao longo dos anos, dentre outros motivos, por meio das mínimas produções bibliográficas que privilegiem decentemente sua presença e protagonismo na história do povo brasileiro, que respeitem e aleguem valor à sua cultura, sem minorizá-las ou estigmatizá-las, que deem visibilidade à sua história, cientifização a seus saberes e valor linguístico a suas

## *A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

línguas, de tal modo que os saberes imbricados no cotidiano da vida indígena não sejam relativizados, perdidos ou simplesmente negados.

Em contrapartida, temos um povo que têm sua história ligada a representações marginalizadas e marginalizantes, a partir de situações de comparação com a cultura ouvinte, tendo suas identidades forjadas com base em estereótipos de ausências, *déficits* e deficiências. Nessa perspectiva, “[...] o surdo é caracterizado a partir do modelo ouvinte, ou seja, quando comparado ao grupo majoritário que é o grupo dos ouvintes, o surdo é subentendido enquanto um ser incompleto, visto que falta neles aquilo que os ouvintes têm” (VALENTE; OLIVEIRA, 2015, p. 24).

Analisar o surdo meramente pela deficiência presente em seu corpo, sem levar em consideração suas potencialidades, tem sido historicamente responsável pela padronização e homogeneização acerca da experiência da surdez, o que, por sua vez, também subjaz a perdas e silenciamentos referentes à mesma. Sobre isso, Skliar (2010) pondera que é preciso ir além das representações ouvintistas acerca do ser surdo e levar em conta “[...] os matizes, os espaços vazios, os territórios intermediários que não estão presentes, por exemplo, as significações linguísticas, históricas e pedagógicas” (SKLIAR, 2010, p. 9).

Neste íterim, conforme explicitado anteriormente, indígenas e surdos têm historicamente um atributo de negação, silenciamento e exclusão referentes aos âmbitos históricos, sociais e educacionais. De acordo com Santiago, Akkari e Marques (2013, p. 16), “[...] o processo de colonização processou ora a eliminação física do ‘outro’, ora sua escravização, resultando em uma violenta forma de negação da alteridade”. No entanto, para além de todas as representações negativas que incluem as relações de opressão a que vêm sendo dispostos, as relações de poder desiguais que sempre os minorizaram, as invasões culturais que historicamente lhes roubaram ou não lhes permitiram o resguardo de suas identidades e potencialidades, as desvalorizações do saber e do silenciamento tangente ao uso da língua que lhes são próprias, vê-se, na análise dessa interface, históricos de luta, de busca por direitos, de alforrias e resistências linguísticas, atitudinais e culturais, fato este que nos permite, no interior desta pesquisa, situar ambas as culturas enquanto *culturas de resistência*.

No entanto, a conjunção e a análise acerca de sujeitos partícipes de ambas as culturas são bem menos evidentes e, muito embora o próprio Ministério da Educação demonstre

preocupação com indígenas e com surdos, no que tange aos indivíduos surdos indígenas, ainda não há um afinamento teórico salutar (VILHALVA, 2009).

Nesse sentido, faz-se necessário pensar que, no interior desta interface, ocorre a produção de uma identidade partilhada e constituída nos atravessamentos entre uma duplicidade de línguas e uma duplicidade de culturas, em um *entrelugar* e uma *entrelíngua*, permissivos e estimulantes ao confronto multicultural e multilíngue, que desencadeia a interação entre identidades distintas e onde, por meio do diálogo, seja evidenciada a produção de subjetividades díspares e ressignificadas. Sobre isso, Souza e Fleuri (2003, p. 62) pontuam que um “[...] *entrelugar* contesta os termos e os territórios de ambas as categorias e pode ser identificado como novas possibilidades de relações pessoais e sociais entre sujeitos marcados por políticas de diferença”.

Sendo assim, pensar o surdo enquanto sujeito proveniente e participante de uma comunidade indígena, reestrutura e ressignifica, por sua vez, as formulações tecidas sobre o *ser surdo*, haja vista que as relações discursivas que este compartilha em sua vivência cotidiana influenciam fortemente as representações que este irá formular e reproduzir acerca de si e do outro. Somando-se a isso, o atrelamento e as trocas simbólicas entre a língua portuguesa, a língua materna e a língua de sinais suscitam diálogos interculturais que estão para além da língua. Desse modo, tratar da cultura indígena atrelada à experiência surda só faz sentido se pensado a partir de um viés epistêmico que reconheça as diferenças e particularidades culturais, linguísticas e ontológicas e, mais que isso, que parta destas para um movimento de valorização do ser onde este possa de maneira política e ética narrar-se por si e ressignificar o sentido de ser surdo sendo indígena.

Trazemos a interculturalidade, em sua perspectiva crítica, para o bojo da discussão acerca da interface surdez/cultura indígena, pois está se faz requerida onde grupos veem “[...] sofrendo historicamente situações de opressão e subalternização” (OLIVEIRA, 2015, p. 62), em que há marginalização do saber, estereotipia e opressão social a partir da *diferença* apresentada e vivenciada pelos sujeitos, na qual estes têm sua eticidade e sua liberdade violadas e suas práticas são arraigadas dos seus direitos civis. Sendo assim, somente por meio da interculturalidade, vislumbra-se reverter tais situações uma vez que, de acordo com Oliveira (2015, p. 96), tal perspectiva:

## *A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

Problematiza a estrutura social vigente evidenciando as relações de poder; tem como ponto de partida as pessoas que sofrem um histórico processo de submissão e subalternização; preocupa-se com práticas de desumanização e exclusão que privilegiam uns sobre outros, naturalizam a diferença e ocultam a desigualdade social e tem suas raízes nas discussões políticas postas pelos movimentos sociais.

Tal pensamento, atrelado à interface surdez/cultura indígena, suscita o desenvolvimento da potencialidade do indígena surdo e situa-o como protagonista social capaz de reafirmar-se enquanto indígena e surdo, resistindo e libertando-se das situações de exclusão, de minorização e de marginalização a que possa estar sendo posto. Além disso, tal sujeito, imbuído de uma dupla *diferença*, poderá constituir-se partindo justamente desta, tendo a *diferença* não mais no sentido de desigual, mas enquanto *diferente* no sentido de diversidade e alteridade. Sobre isso, Candau (2003, p. 148) segue afirmando que:

A interculturalidade orienta processos que têm o reconhecimento do direito à diferença e luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade.

A partir do diálogo, elemento preponderante na interculturalidade, é possível “[...] desenvolver a interação entre diferentes grupos como fator de crescimento e enriquecimento cultural mútuo” (OLIVEIRA, 2015, p. 63). É possível ainda tornar visíveis saberes inerentes e intrínsecos às experiências vivenciadas pelo sujeito surdo indígena, trazendo à tona sua(s) língua(s), suas produções materiais e imateriais, seus artefatos e formas de ser, uma vez que a interculturalidade crítica extingue as relações assimétricas de poder e privilegia o que Santos (2010) intitula *ecologia de saberes*, ao pontuar que, frente à diversidade do mundo, a unicidade do saber faz-se incoerente.

Em outra esfera, a análise da interface surdez/cultura indígena, por meio da interculturalidade, toca nos processos inclusivos inerentes tanto ao âmbito escolar quanto ao âmbito social de modo geral, uma vez que, suscitando a libertação, o empoderamento, o conhecimento e o reconhecimento de si, o surdo indígena pode voltar-se para o centro dos debates acerca de si, tendo resguardada sua voz e seus direitos humanos às diferenças linguísticas, culturais e ontológicas.

Nesse sentido, enquanto possibilidades interpretativas, tanto os modos de ser indígena quanto a surdez precisa ser entendida enquanto campos de produção do conhecimento marcados historicamente por processos de colonização<sup>ii</sup> viabilizadores de

perdas linguísticas e culturais, que violentaram sobremaneira suas particularidades por meio de tentativas de normalização em relação a cultura não indígena e a cultura ouvinte.

No que tange ao viés colonizador imposto a cultura indígena nota-se com bases nos estudos de Hue (2006) que historicamente as narrativas brancas sobre estes homens e mulheres se deram de forma desonesta, a partir da ótica do próprio colonizador, que em sentido único impunha-lhes seus modos de ser e ilustrava-os enquanto povos bárbaros e gentios carentes de catequização (HUE, 2006). A relação verticalizada de poder construída sobre os povos indígenas foi ferrenha, assumindo características estigmatizantes que resultou na dizimação de inúmeras culturas, línguas, modos de ser, de fazer e de saber indígena, dissipando populações inteiras por meio de processos de catequização jesuítica, escravização e exploração de suas forças braçais ao longo do processo de exploração de suas próprias terras.

Atualmente, os processos de colonização a que os povos indígenas são submetidos assumem outras proporções no sentido da oferta de políticas públicas que embora sejam ineficientes ao atendimento de todas as suas necessidades, são reflexos das lutas que esses povos travam ao longo dos séculos, que em nada se assemelham às perdas que historicamente vivenciaram, da imposição do poderio político branco no interior de suas terras, especificamente nos âmbitos escolares, e em níveis teóricos, a partir da produção de silenciamento das vozes que ecoam de dentro das aldeias buscando o direito de fala de si para si, não mais sendo representado pelo discurso do colonizador, e ainda, buscando o direito de atuar enquanto sujeito na produção do conhecimento sobre suas culturas.

Anos após anos, às populações indígenas brasileiras tem se reservado pequenas aparições nos campos teóricos, estas em sua maioria retratando-os de forma estereotipadas, marginalizadas e totalmente avessas ao que de fato vivem, fazem e são em suas realidades. Essa limitação teórica em relação as questões indígenas, aos poucos vai se dissipando e somente na segunda metade do século XX percebe-se o aparecimento de produções comprometidas com a causa indígena, o que se intensifica ainda mais na atualidade, a exemplo disso tem-se os trabalhos de antropólogos e historiadores. No entanto, Vainfas (2003) relata que durante boa parte do século passado, o indígena foi visto e “estudado como mão-de-obra da colonização, como objeto da catequese, como obstáculo indómito ao avanço

européu, mas raramente, para dizer o mínimo, como protagonista da história do Brasil” (VAINFAS, 2003, p. 14).

Nesse sentido, a reversão das formas de silenciamentos acerca das facetas do campo de produção indígena deve partir de epistemologias capazes de privilegiar sua presença e protagonismo na história do povo brasileiro, tecendo interpretações que respeitem e aleguem valor à sua cultura, interpretando-as sem minorizá-las ou estigmatizá-las, oportunizando a visibilidade à sua história, cientificização a seus saberes e valor linguístico a suas línguas, de tal modo que os saberes imbricados no cotidiano da vida indígena não sejam relativizados, perdidos ou simplesmente negados.

Semelhantemente ao vivenciado pela história indígena, a surdez, trata-se de uma experiência, uma forma de ser e um campo teórico permeado por representações de negação e marginalização resultantes de situações de discursos de normatização e comparação com a cultura ouvinte, diante da qual são reforçados os *déficits* e o incapacitismo, que remetem às suas identidades os estereótipos de ausências. Quando “[...] o surdo é caracterizado a partir do modelo ouvinte, ou seja, quando comparado ao grupo majoritário que é o grupo dos ouvintes, este é subentendido enquanto um ser incompleto, visto que falta neles aquilo que os ouvintes têm” (VALENTE; OLIVEIRA, 2015, p. 24). Nesse sentido, cercear a experiência da surdez unicamente pelo fator da deficiência presente em seu corpo, sem atentar para as suas individualidades e devires, ocasiona a padronização e homogeneização surda, o que por sua vez, também subjaz a perdas e silenciamentos referentes à mesma.

Sobre isso, Skliar (2010) reitera que é preciso ir além do que é posto pelas representações dos olhares ouvintistas acerca do ser surdo, buscando analisar “[...] os matizes, os espaços vazios, os territórios intermediários que não estão presentes, por exemplo, as significações linguísticas, históricas e pedagógicas” (SKLIAR, 2010, p. 9), pensando e entendendo o resultado das relações interculturais entre os sujeitos e no interior do mesmo jeito, levando em consideração o fato de que a surdez é uma somente uma das múltiplas formas de ser e de estar no mundo, e que enquanto condição humana atravessa outras experiências e permite a criação de individualidades e potencialidades.

Pensar a surdez em correlação ao campo étnico indígena tensiona as formas de pensar os entes desta interface, uma vez que ambas atuam na produção de identidades constituídas nos *entrelugares*, nas fronteiras linguísticas e culturais privilegiando relações discursivas resultantes do atrelamento e das trocas simbólicas entre a língua portuguesa, a língua

materna e a língua de sinais, bem como os elementos culturais constituintes de ambas, dos quais suscitam diálogos interculturais que estão para além da língua. Desse modo, para melhor conceber a cultura indígena em suas relações com a experiência surda é preciso partir de um viés epistêmico que reconheça as diferenças e as particularidades ontológicas do ser indígena surdo, e mais que isso, que promova um movimento político e ético de valorização do mesmo.

Para tal, pensa-se no viés da interculturalidade<sup>iii</sup>, em sua perspectiva crítica, enquanto arcabouço teórico para o entendimento das discussões que emergem da análise da interface cultura indígena/surdez, na medida em que em suas bases atenta especificamente para grupos minoritários que veem “[...] sofrendo historicamente situações de opressão e subalternização” (OLIVEIRA, 2015, p. 62), grupos em que se evidencia marginalizações do saber, estereotipia e opressão social em face da *diferença* vivenciada pelos sujeitos que os compõem, onde nota-se a dissipação de sua eticidade e liberdade e onde há constantes formas de revelia de direitos civis.

Por meio da interculturalidade crítica, vislumbra-se reverter tais situações uma vez que, de acordo com Candau (2003), esta perspectiva não somente reconhece as situações de minorização e exclusão social, como também problematiza a fundo toda a estrutura social circundante, evidenciando as relações de poder existentes na relações sociais e interpessoais, “reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrentá-los” (CANDAU, 2003, p. 148), para tanto, partindo da realidade dos sujeitos excluídos historicamente, assim, “preocupa-se com práticas de desumanização e exclusão que privilegiam uns sobre outros, naturalizam a diferença, ocultam a desigualdade social e tem suas raízes nas discussões políticas postas pelos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2015, p. 96).

Candau (2003), pontua que a perspectiva intercultural busca promover o reconhecimento do “outro”, para assim promover o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, buscando integrar as diferenças, assim, “a perspectiva intercultural está orientada à sociedade democrática, plural e humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAU, 2003, p. 35). Esse pensamento, em aproximação com a interface cultura indígena/surdez, implica na possibilidade do desenvolvimento da potencialidade do indígena surdo que constituído por uma dupla *diferença*, poderá constituir-se e entender-se enquanto protagonista social de sua própria história, tendo a *diferença* não

## *A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

mais no sentido de desigual, mas no sentido de diversidade e alteridade. A mesma autora pontua ainda que:

A interculturalidade orienta processos que têm o reconhecimento do direito à diferença e luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade (CANDAUI, 2003, p. 148).

A questão do diálogo intercultural evidenciado nas fronteiras entre as culturas indígena e surda, possibilita [...] desenvolver a interação entre diferentes grupos como fator de crescimento e enriquecimento cultural mútuo” (OLIVEIRA, 2015, p. 63), fortalecendo os saberes, evidenciando sua(s) língua(s), suas produções materiais e imateriais, seus artefatos e formas de ser, sem que haja relações assimétricas de poder e sem que haja negações ou priorizações de particularidades de quaisquer que sejam as culturas, pois entende-se que ambos os elementos constituem o sujeito em formas, potências e direcionalidades igualmente proporcionais de tal modo que privilegiar ou valorizar apenas os elementos constituintes da cultura indígena, por exemplo implica em negar a particularidade surda que há no sujeito, implica em não conhecê-lo adequadamente, tecendo assim discursos errôneos sobre si.

### **O que as pesquisas dizem?**

#### **Mapeamento das produções**

A presente investigação deu visibilidade a um total de doze trabalhos que apresentam a interface sobre a surdez indígena com temáticas que vão desde as educacionais, comunicacionais, interacionais, formativas e culturais, até as que dizem respeito às interações discursivas vivenciadas no contexto familiar, escolar e/ou comunitário. Esses trabalhos seguem distribuídos no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Estado da arte**

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Região</b>
Marisa Fátima Padilha Giroletti	2008	Dissertação	Cultura surda e educação escolar Kaingang.	Sul
Shirley Vilhalva	2009	Dissertação	Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as	Centro-Oeste

			comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul.	
Maria do Carmo da Encarnação Costa de Sousa	2013	Dissertação	A organização do atendimento educacional especializado nas aldeias indígenas de Dourados/MS: um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais para área de surdez.	Centro-Oeste
Juliana Maria da Silva Lima	2013	Dissertação	A criança indígena surda na cultura Guarani-kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola.	Centro-Oeste
Pricilla Alyne Sumaio	2014	Dissertação	Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativas por indígenas surdos.	Centro-Oeste
Marlon Jorge Silva de Azevedo	2015	Dissertação	Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-mawé na microrregião de Parintins.	Norte
Euder Arrais Barretos	2016	Dissertação	A situação de comunicação dos Akwẽ-Xerente surdos.	Centro-Oeste
Michelle Sousa Mussato	2017	Dissertação	O que é ser índio sendo surdo? Um olhar transdisciplinar.	Centro-Oeste
Miriã Gil de Lima Costa	2017	Dissertação	Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar.	Norte
Rosiane Ribas de Souza Eler	2017	Dissertação	Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí.	Norte
Bruno Roberto Nantes Araújo	2018	Dissertação	A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS	Centro-Oeste
Luciana Lopes Coelho	2019	Tese	A Educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão	Centro-Oeste

**Fonte:** Portal da Capes (2020). Elaboração dos autores, 2022.

Conforme consta no quadro 1, os trabalhos encontrados no decorrer do levantamento bibliográfico têm suas elaborações vinculadas ao período compreendido entre os anos de 2008 e 2019, estando distribuídos em três regiões do país, a saber: Norte, Sul e Centro-Oeste. Esses trabalhos focalizam a interface surdez/cultura indígena e sinalizam para temáticas que envolvem a constituição da identidade surda e as formas de comunicação e linguagem propositivas das relações sociais estabelecidas em ambientes escolares, familiares e comunitários, dentre outras.

## *A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

As áreas de conhecimento que investigam o campo da interface surdez/cultura indígena são: educação, linguística e letras, filosofia, sociologia, ciências sociais, serviço social, Ciências humanas, história e psicologia demarcando ser um campo de estudo interdisciplinar.

Somado à catalogação dos trabalhos, realizamos ainda um criterioso procedimento de análise das dissertações, para que fosse possível uma sistematização das informações. Dessa forma, as dissertações foram reorganizadas conforme as seguintes categorias de análise: 1) Formas e estratégias comunicacionais; 2) Identidade surda indígena; e 3) Educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos.

Das 12 (doze) dissertações analisadas, 07 (sete) foram agrupadas na categoria que reúne produções acerca das interações comunicacionais e das estratégias adotadas para mediar os processos sociais e educativos entre os indígenas surdos, sendo elas: Giroletti (2008), Vilhalva (2009), Lima (2013), Sumaio (2014), Azevedo (2015), Barretos (2016) e Costa (2017). 02 (duas) foram agrupadas na categoria referente às questões de constituição e/ou reafirmação identitária do sujeito indígena surdo e os indígenas ouvintes, sendo elas: Mussato (2017) e Eler (2017) e 03 (três) focaliza basicamente na educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos, sendo elas: Costa (2013), Araújo (2018) e Coelho (2019).

No entanto, é preciso pontuar que tais categorias foram criadas a partir daquilo que mais se fez visível no decorrer das leituras e se caracterizou enquanto uma estratégia particular de análise, enquanto uma forma de compreensão e aproximação com os escritos. No entanto, neste estudo o foco central é educação escolar de indígenas Surdos, desse modo só será analisado a terceira categoria.

### **Educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos**

A categoria de análise expõe elementos que foram encontrados em 03 (três) das dissertações analisadas tratando especificamente questões referentes às estruturas organizacionais e funcionais acerca do Atendimento Educacional Especializado para pessoas surdas indígenas. Os dados referentes à dissertação são descritos conforme a tabela a seguir:

**Quadro 2** - Educação Escolar/Inclusão de Indígenas Surdos

<b>Autoria</b>	<b>Ano</b>	<b>Título da Dissertação</b>
Maria do Carmo da Encarnação Costa Sousa	2013	A organização do atendimento educacional especializado nas aldeias indígenas de Dourados/MS: um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais para área de surdez.

Bruno Roberto Nantes Araújo	2018	A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS
Luciana Lopes Coelho	2019	A Educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Sousa (2013), atenta inicialmente para os mecanismos legais que garantem a funcionalidade do atendimento educacional especializado para assim refletir acerca dos processos de organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais (SRM), e do atendimento educacional especializado oferecido aos alunos indígenas surdos em processo de alfabetização. A autora em sua pesquisa qualitativa ligada aos Estudos Culturais discute a identidade surda, o direito linguístico e o processo de inclusão/exclusão dos educandos surdos e, atenta ainda para a formação dos professores para o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011) e para importância da organização da prática pedagógica nas SRM. Dentre os objetivos estabelecidos para o trabalho, citam-se: levantar dados sobre o atendimento educacional especializado dos alunos surdos nas comunidades indígenas; avaliar os limites e as possibilidades das SRM, como sistema de apoio à escolarização de alunos com surdez; identificar aspectos que possam potencializar o atendimento educacional especializado oferecido em SRM nas escolas indígenas.

Ao finalizar suas análises, a autora conclui que há uma série de obstáculos para que isso o atendimento aos indígenas surdos não ocorra satisfatoriamente dentre os quais aponta o próprio desconhecimento dos familiares e de muitos profissionais da educação, no que compete às formas de lidar com a surdez. Sousa (2013) destaca ainda que, os docentes demonstram o interesse por uma formação específica para lidar com os alunos indígenas deficientes da região, mas os espaços onde funcionam as SRM são inadequados, apresentando precariedade de iluminação, ventilação e recursos didáticos específicos para desenvolver o trabalho de qualidade com os alunos, estimulando, assim, as suas habilidades (SOUSA, 2013). Além disto, “[...] um dos pontos verificados na pesquisa foi que apesar de se tratar de SRM em comunidade indígena, não havia nenhuma representação que valorizasse a cultura e a língua indígena” (SOUSA, 2013, p. 107), destacando, assim, a necessidade de que as SRM sejam e estejam adaptadas à realidade indígena, a fim de garantir o respeito e a valorização pela língua e pela cultura do povo.

## *A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

Araújo (2018) propõe que o processo de escolarização dos indígenas surdos está intimamente ligado às formas de comunicação estabelecida por parte dos sujeitos que compõe o contexto escolar, dando nesse sentido ênfase a presença e atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) - Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos diferentes ambientes da instituição escolar, enquanto mediador da comunicação, das interações e dos relacionamentos do estudante indígena surdo com o professor na perspectiva da educação inclusiva. Assim, a pesquisa, que se configura em um caráter analítico-descritivo, privilegiou o uso e aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas e questionário destinados a três professores com habilitação para tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais, com idades entre 25 a 38 anos, que atuam ou atuaram com os indígenas surdos nas escolas comuns urbanas dos municípios de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande.

A problemática pertinente a pesquisa se fez com o propósito de verificar como os TILS estão utilizando suas práticas interpretativas, considerando as especificidades culturais e linguísticas do estudante indígena surdo. O estudo teve enquanto objetivos: identificar as ações de interpretação e tradução da Libras junto aos estudantes indígenas surdos em escolas comuns urbanas, assim como caracterizar a formação profissional dos TILS com estudantes indígenas surdos e identificar e analisar as estratégias dos recursos de comunicação que os TILS, participantes desta pesquisa, empregam em suas atividades em sala de aula com os estudantes indígenas surdos.

Neste sentido, Araújo (2018) ressalta que no que tange a educação indígena, os TILS reconhecem dificuldades relacionadas à capacitação voltada à cultura indígena, bem como as políticas de educação indígena, em outra instância, os profissionais bilíngues relatam respeito alegado à bagagem linguística dos estudantes indígenas surdos, na medida em que reconhecem que, embora os estudantes indígenas surdos sejam alfabetizados na Libras há necessidade da criação de sinais indígenas e/ou terena em respeito à sua cultura. O tradutor intérprete é elemento essencial para que a comunicação entre o surdo e o ouvinte e a aquisição da língua sinalizada aconteça de forma satisfatória. Assim, “a formação desse profissional deve se ater sobre essa especificidade cultural do estudante indígena surdo. E a LIBRAS, [...] deve ser apreendida pelos estudantes indígenas surdos, principalmente para melhorar sua comunicação” (ARAÚJO, 2018, p. 122).

Por fim, Luciana Lopes Coelho (2019) investiga os discursos que circulam sobre as diferenças no atendimento escolar de estudantes surdos ofertado nas terras indígenas do

Mato Grosso do Sul (MS). A pesquisa parte da busca por responder os objetivos por ela elucidados, dentre os quais citam-se: a) Mapear os discursos/enunciados dos profissionais da educação indígena sobre a escola e a constituição de uma educação escolar diferenciada nas comunidades indígenas; b) Analisar os discursos que circulam nas comunidades pesquisadas sobre as diferenças dos sujeitos surdos; c) Problematizar as experiências de ensino de alunos surdos e estratégias linguísticas e didáticas utilizadas a partir das práticas narradas pelos professores; d) Analisar as relações de saber e poder envolvidas na invenção de uma educação inclusiva na escola diferenciada indígena.

Para a discussão dos resultados obtidos na pesquisa realizada em seis escolas localizadas nas terras indígenas Amambai, Limão Verde, Taquaperi e Takuaraty/Yvykuarasu (Paraguassu) no sul do MS a autora utiliza enquanto fundamentação teórico-metodológica os pressupostos da teoria pós-crítica. Nesse sentido, os resultados apontam que, a proposta pedagógica das escolas visitadas privilegia o ensino do guarani e do kaiowá como língua de instrução e a língua portuguesa como segunda língua para os alunos ouvintes, por outro lado, no caso dos indígenas surdos, o ensino privilegia a alfabetização em língua portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais – Libras. De modo geral, o estudo problematiza o fato de que o modelo educacional proposto para as escolas indígenas brasileiras baseados no ensino da língua materna indígena como primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua não se aplica aos indígenas surdos. Além disso, as estratégias de ensino utilizadas invisibilizam as línguas de sinais e as diferenças culturais dos estudantes indígenas surdos não contribuindo assim para a manutenção e valorização das línguas maternas nas comunidades indígenas.

Os resultados provenientes da investigação realizada nos trabalhos já realizados acerca da vivência indígena surda denota uma contingencial carência de pesquisas e estudos sobre essa especificidade a nível Nacional, conseqüentemente na Região Norte, e mais ainda na microrregião do Baixo Tocantins, isto é ainda mais evidenciado quando analisa-se o número de pesquisas encontradas no levantamento em relação aos índices do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) que ainda no ano 2010, apontavam para o número de 817.963 mil indígenas no Brasil, distribuídos em 305 etnias diferentes, falantes de 274 línguas indígenas<sup>iv</sup>, o referido censo aponta para um total de 10 milhões de pessoas surdas (BRASIL,

2010). Por sua vez, estudos de Bruno e Coelho (2016) propõem o número de indígenas que apresentam surdez ou perdas auditivas no Brasil gire em torno de 8.772.

Vê-se que apesar da grande variedade de abordagens encontradas nas pesquisas realizadas há ainda muito a ser pesquisado e dito acerca dos indígenas surdos brasileiros. No entanto, a partir deste Estado de Conhecimento constata-se que as poucas produções encontradas contribuem para que as experiências indígenas e surdas assumam status bibliográficos e científicos que lhes são devidos, privilegiando sua presença e protagonismo na história do povo brasileiro com o devido respeito linguístico e cultural viável a inibir as minorizações, os estigmas e silenciamentos que historicamente foram expostos por serem indígenas, por serem surdos por genética e culturalmente serem indígenas surdos.

### **Conclusão**

O sentido de incluir envolve a existência da exclusão, têm-se inclusão e exclusão enquanto polaridades ambíguas e relacionais. Ou melhor dizendo, o entendimento e o engajamento para consolidar uma requer, *a priori*, uma contígua reflexão acerca da existência da outra, assim, pensar na Modernidade os aspectos referentes à inclusão nos remete aos históricos, aos índices e à existência de sujeitos, povos e pessoas experimentantes de situações de exclusão, marginalização e distanciamento relacional e social. As vivências de sujeição a situações degradantes em diversas instâncias, para não dizer em todas, aprisionam, silenciam e mascaram elementos intrínsecos à característica humana, e, em algumas exceções, tais situações servem enquanto capacidade para superação, enquanto força de resistência e enquanto contraponto aos elementos impostos pela sua exclusão.

Nesta pesquisa, trouxemos para discussão particularidades distintas de sujeitos diferentes em seus contextos locais, culturais e históricos, mas que também, no interior de suas diferenças, se constituem e se reafirmam historicamente. Indígenas e surdos têm, conforme analisado no escopo deste trabalho, suas vertentes igualitárias em diversos aspectos de negação e exclusão, e isto não é assunto novo. No entanto, de novo aqui trazemos a possibilidade de pensar a interface proposta pela experiência surda indígena, a partir da perspectiva intercultural, perante a qual tais indivíduos, silenciados em suas culturas e alijados em suas diferenças culturais e pessoais, possam reinventar suas vidas, dando novos significados a suas histórias.

Outrossim, a análise que ora concluímos aponta com base nas dissertações analisadas que a surdez/cultura indígena caracteriza-se enquanto partícula que foi e ainda o é por muito excluída, desrespeitada, negada e silenciada em seus aspectos linguísticos, culturais e exponenciais, além disso, indicam que as interações linguísticas, as formas e estratégias comunicacionais, em face dos sinais emergentes, surgem enquanto um aparato às necessidades comunicacionais entre o surdo indígena e os surdos ouvintes, estes, no entanto, enfatizam e priorizam os elementos culturais indígenas e não apresentam ligação semântica com a Libras, ou seja, a língua indígena surda é meramente funcionalista e não prioriza as particularidades das culturas e das identidades com as quais se relaciona no ato da constituição dos sinais.

No que compete à educação indígena voltada à demanda surda, vê-se que o atendimento educacional especializado, os processos de organização e funcionamento das SRM encontram muitas barreiras estruturais e humanas, referentes enfaticamente à formação de professores para o atendimento educacional especializado e para a organização da prática pedagógica. Por outro lado, ainda se esbarra na ausência de profissionais bilíngues no interior de muitas aldeias e na própria postura familiar, que nega ou desconhece a *diferença* dos filhos surdos indígenas. Tais fatos apontam para uma desvalorização e desrespeito para com a identidade e as particularidades surdas.

### Referências

ARAÚJO, B. R. N. **A escolarização de indígenas Terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS.** 2018.148 f. Dissertação (Ciências Humanas e Sociais), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

AZEVEDO, M. J. S. de. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins.** 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

BARRETOS, E. A. **A situação de comunicação dos Akwê-Xerente Surdos.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 28 jan. 2019.

*A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?*

CANDAU, V. M. F. Didática e multiculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V. M.; SOUSA, L. F. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COELHO, L. L. **A Educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá**: discursos e práticas de inclusão. 2019. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

COSTA, M. G. L. **Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

ELER, R. R. S. **Mapeamento de Sinais da Educação Escolar Indígena dos Surdos Paiter Suruí**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

GIROLETTI, M. F. P. **Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang**. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HUE, S. M. (org.). Primeiras Cartas do Brasil (1551-1555). In: **Tradução, introdução e notas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 131-141.

LIMA, J. M. S. **A Criança Indígena Surda na Cultura Guarani-Kaiowá**: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/JULIANA MARIA DA SILVA LIMA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

MOREIRA, M. A. Mapas Conceituais e Aprendizagem Significativa. **O ENSINO, Revista Galáico Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-Linguística**. Pontevedra/Galícia/Espanha e Braga/Portugal, N° 23 a 28: 87-95, 1988.

MUSSATO, M. S. **O que é ser índio sendo surdo?** Um olhar transdisciplinar. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2017.

OLIVEIRA, I. A. de. **Paulo Freire**: gênese da educação intercultural no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista diálogos e Educação**, Curitiba, v. 6, nº19, p. 37-50, set/dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>.

SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L. P. **Educação intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOUSA, M. C. E. C. **A Organização do Atendimento Educacional Especializado nas Aldeias Indígenas de Dourados/MS: um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais para área da surdez**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

SOUZA, M. I. P.; FLEURI, R. M. Entre limites e limiares de culturas educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, R. M. (org.). **Educação Intercultural mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 53-84 .

SUMAIO, P. A. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

VAINFAS, R. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

VALENTE, T. C. D; OLIVEIRA, W. M. M. de. Educação de Surdos: a música enquanto proposta pedagógica inclusiva. **Revista A Palavrada**. Bragança, Pará, número especial, p. 55-71, jul./dez. 2015. ISSN-2358-0526.

VILHALVA, S. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

## Notas

---

<sup>i</sup> Essa base de dados está disponível no site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>.

<sup>ii</sup> De acordo com Walsh (2009), o processo de colonialidade para as comunidades indígenas, tem operado um nível intersubjetivo e existencial, que permitiu a desumanização de alguns, a sobre-humanização de outros e a negação dos sentidos integrais da existência da humanidade.

<sup>iii</sup> Oliveira (2015) pontua a coexistência da interculturalidade relacional, funcional e crítica. “A primeira refere-se ao contacto e intercâmbio entre culturas e sujeitos socioculturais. E a segunda, por sua vez, identifica o problema da diversidade ou diferença em si” (WALSH, 2009, p. 3). Por sua vez, a interculturalidade crítica questiona as diferenças e igualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros (OLIVEIRA, 2015, p. 16).

<sup>iv</sup> Dados encontrados no site: (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>)

## **Sobre os autores**

### **Thaianny Cristine Dias Valente**

Mestra em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará – Campus Cametá/Brasil; Professora substituta de Libras da Universidade Federal do Pará (UFPA) campus Cametá. Pesquisadora do grupo de Estudos Surdos na Amazônia tocantina (GESAT) e do grupo História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GPHELRA). E-mail: [thaiannyc@gmail.com](mailto:thaiannyc@gmail.com). ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-1295-7745>.

### **Waldma Maíra Meneses de Oliveira**

Doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Pará; Professora de Libras da Universidade Federal do Pará (UFPA) campus Cametá. Coordenadora do Grupo de Estudos Surdos na Amazônia tocantina (GESAT). E-mail: [waldmamaira@hotmail.com](mailto:waldmamaira@hotmail.com). ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-8747-5185>.

### **Reinaldo Matias Fleuri**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. E-mail: [fleuri@pq.cnpq.br](mailto:fleuri@pq.cnpq.br) ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-7372-1429>

Recebido em: 29/10/2022

Aceito para publicação em: 21/01/2023